



Cenpec

**MANIFESTO**  
**POR POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS EFETIVAS DE**  
**VALORIZAÇÃO DOCENTE**

Setembro/2022

# Introdução

A campanha eleitoral é o melhor momento para colocar em debate os temas considerados mais importantes para o Brasil. Afinal, ela é o momento em que se define a agenda e as prioridades para o próximo ciclo de quatro anos.

Entre essas prioridades está a educação. Raros são os candidatos que não incorporam “a educação de qualidade” entre suas bandeiras. No entanto, ao mesmo tempo em que a defesa da educação de qualidade é quase um lugar comum no discurso dos políticos, é raro identificar propostas consistentes e factíveis para a área em seus planos e propostas de governo.

Nas eleições de 2022, em que vamos eleger um novo presidente da República, governadores, além de senadores, deputados federais e estaduais, é essencial falar de educação, sobretudo da educação pública.

Afinal, a crise da Covid-19 impactou fortemente escolas, estudantes, professoras(es) e os demais atores da comunidade escolar, tornando mais visíveis as profundas desigualdades que marcam o acesso, a permanência e a aprendizagem no nosso país. As escolas permaneceram fechadas, em média, por 287 dias – o que equivale a quase um ano letivo e meio.

Em contrapartida, a pandemia revelou a resiliência e a capacidade de reinvenção das escolas públicas e das professoras(es) que nelas atuam: a despeito da necessidade da adaptação repentina ao ensino remoto e das lacunas de infraestrutura, as professoras(es) desempenharam um papel fundamental na manutenção do vínculo de estudantes com a escola. Afinal, a escola é o espaço institucional, socialmente demarcado, para a educação. E é nela, com apoio da família e da comunidade, que se dá a aprendizagem.

**“ Há uma ausência de reconhecimento público da educação básica na agenda eleitoral do país. Muita gente defende e diz lutar pela educação pública, mas o discurso nem sempre é acompanhado de demonstrações práticas e efetivas”.**

*(Alexsandro Santos, diretor-presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo)*

O desafio que a pandemia nos deixou não é pequeno. Os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 indicam que, nos últimos dois anos, houve redução da aprendizagem em todas as etapas da educação básica.

Um dos cenários mais críticos foi registrado no 2.º ano do ensino fundamental, fase final da alfabetização: em Língua Portuguesa, houve queda de 24,5 pontos da proficiência média no Brasil (de 750 para 725,5 pontos entre 2019 e 2021). Em Matemática, a queda foi de 9 pontos no mesmo período, passando de 750 para 741 pontos.

Os desafios, porém, vão além da recomposição das aprendizagens. O enfrentamento do abandono e da evasão, o cuidado com a saúde mental da comunidade escolar, a incorporação das tecnologias e a renovação das práticas pedagógicas – tendo como pressupostos a superação das desigualdades e o acolhimento da diversidade – também se apresentam como necessidades urgentes da educação brasileira no atual momento.

A superação desse cenário e o fortalecimento da educação pública de qualidade passam, necessariamente, pela valorização docente. A literatura e experiência internacional mostram que não existe educação de qualidade sem remuneração e condições de trabalho adequadas, além de formação inicial e continuada.

Não é exagerado dizer que as(os) professoras(es) são um dos pilares da educação de qualidade que, por sua

**“Estamos falando da profissão mais importante deste país. Para mim, o magistério é a carreira mais importante de um país, porque é a partir da educação que a gente define o nosso projeto de nação. É a partir do trabalho do professor que a gente constitui uma identidade nacional”.**

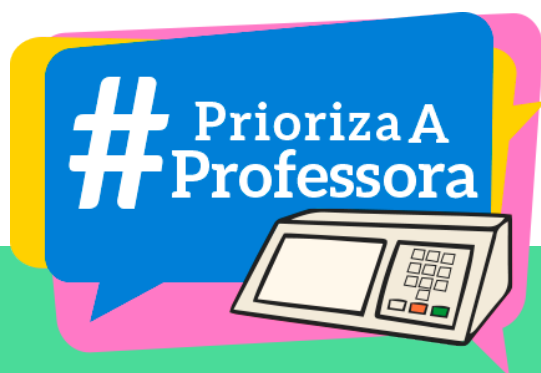
*(Gina Vieira, professora, mestre em Linguística e autora do Projeto Mulheres Inspiradoras)*

vez, é essencial para a promoção da cidadania, o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento do país.

É por isso que o Cenpec vem a público com o presente manifesto, que reúne um conjunto de propostas essenciais e inadiáveis no campo da valorização e da formação docentes. A intenção é colocar a(o) professora no centro do debate da educação no contexto da campanha eleitoral.

Este documento resulta da sistematização do evento online **#PriorizaAProfessora: a docência no centro do debate sobre educação nas eleições 2022**, realizado pelo Cenpec com especialistas que são referência no tema, a fim de abordar as questões emergentes sobre a carreira docente na educação básica do país.

Aqui estão elencados, de maneira sintética, os principais desafios e caminhos para trazer a pauta da qualificação e da valorização do magistério para o centro do debate eleitoral e da sociedade, condição incontornável para assegurar o direito à educação de todas e todos.



## A(O) professora(r) no centro do debate eleitoral

As questões emergentes sobre a carreira docente na educação básica foram o tema do evento on-line **#PriorizaAProfessora: a docência no centro do debate sobre educação nas eleições 2022**, realizado pelo Cenpec, no dia 30 de agosto de 2022.

Em duas mesas temáticas e uma conferência, especialistas debateram sobre os desafios e os caminhos possíveis para qualificar a formação e as políticas de valorização docentes.

A mesa de abertura, “Políticas públicas e valorização de professoras(es) no Brasil”, contou com a participação de Carlos Abicalil (Fundação Perseu Abramo), Gabriela Moriconi (Fundação Carlos Chagas) e Romualdo Portela (Cenpec). A mediação foi do jornalista Antônio Gois (O Globo).

A segunda sessão do dia enfocou o tema “Políticas públicas e formação docente no Brasil”, com Anna Helena Altenfelder (Cenpec), Fernando Abrucio (Fundação Getúlio Vargas), Gina Vieira (projeto Mulheres Inspiradoras) e mediação de Marta Avancini (Jeduca).

O encerramento do evento ficou a cargo de Alexsandro Santos (Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo).

## Formação

Apesar dos avanços registrados no país nos campos da formação e da valorização docente, ainda há um percurso significativo para se chegar a condições adequadas de trabalho para as(os) 2,1 milhões de professoras(es) brasileiras(os).

A formação avançou na última década: em 2020, 86,6% das professoras(es) da educação básica tinham formação de nível superior. Deste total, 43% fizeram pós-graduação – 18,6 pontos percentuais a mais do que em 2010, conforme sinaliza o Anuário da Educação Básica do Todos pela Educação.

Apesar da evolução da qualificação docente, chama a atenção o significativo aumento das matrículas na graduação a distância, o que levanta questionamentos acerca da qualidade da formação inicial das professoras(es) que estão chegando às salas de aula.

Em uma década, as matrículas nesta modalidade praticamente dobraram

e, em 2019, 66,4% dos 1,6 milhão de alunos de pedagogia e licenciatura faziam o curso a distância – a grande maioria (88,7%) em instituições de ensino superior privadas.

Esse cenário reforça a importância de ações no campo das políticas educacionais que enfoquem a formação em contraponto a um histórico recente de descontinuidade.

“Há uma enorme lacuna das políticas de acompanhamento da formação de professores(as), gerando a piora da qualidade do(a) professor que chega à escola”, analisa Gina Vieira.

Em 2019, foi instituída a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e, no ano seguinte, a Base Nacional Comum para a Formação (BNC-Formação Continuada). Ambos os documentos atualizaram as respectivas diretrizes curriculares, com o objetivo de adequá-las às disposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

“Professor de qualidade é o principal tema educacional, e a campanha eleitoral é o momento de mostrar isso”.

*(Fernando Abrucio, professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas)*

Além de serem questionadas pelo campo da pesquisa e pós-graduação em educação, a implementação de políticas de formação docente tem avançado lentamente, gerando um “impacto brutal” na área, segundo Fernando Abrucio, pois as políticas de educação têm um efeito intertemporal e demoram muitos anos para fazer efeitos, sejam eles positivos ou negativos.

Por isso, é essencial que as propostas para o setor toquem nos pontos centrais. E as(os) professoras(es) são um tema-chave. “Isso aparece nas diferentes correntes de pesquisa, mas não têm visibilidade nos discursos dos candidatos”, analisa Abrucio.

A experiência internacional nos ajuda a colocar a importância da formação docente em perspectiva, visto que vários países como Canadá, Cingapura e Portugal têm caminhado na direção de priorizar as políticas de formação e valorização docente.

“Depois de um período em que as reformas educacionais se centraram nas avaliações, nos últimos 10, 15 anos o tema central tem sido melhorar a qualidade do capital humano que trabalha na educação. O Brasil precisa entrar nessa onda e focar em políticas para melhorar a qualidade do professor”, enfatiza Abrucio.

Tão relevante quanto a formação inicial,

é a formação continuada. Esta, porém, não deve ser tratada como um meio de suprir lacunas deixadas pelos cursos de pedagogia e licenciatura.

Diferentemente, a formação continuada é parte do processo constante de desenvolvimento e aprimoramento das(os) professoras(es) e, portanto, parte integrante da atividade docente. “A profissão de professora demanda uma contínua atualização e contínua reflexão sobre a prática, o que significa compreender sobre os contextos dos alunos, o contexto das políticas educacionais, as dinâmicas do território no qual a escola se insere para buscar as ferramentas e instrumentos necessários para garantir a aprendizagem de todas e todos”, aprofunda Anna Helena Altenfelder.

Esta perspectiva se distancia da visão técnica ou instrumental da formação, ou seja, da visão de formação como um conjunto de protocolos e da concepção da(o) professora(r) como um aplicador de materiais previamente formatados e apresentados como soluções para os problemas enfrentados pela escola – especialmente no atual momento de transição para o pós-pandemia, em que as soluções tecnológicas vêm ganhando espaço como alternativa para superar os impactos da crise de Covid-19 sobre estudantes, professoras(es) e outros atores da comunidade escolar.

Diferentemente, os programas de formação continuada devem fornecer repertório para que as(os) professoras(es) lidem com essas pressões e com os novos desafios que se apresentam, a fim de que elas(es) tomem suas decisões e façam suas escolhas com autonomia e em alinhamento com as necessidades da escola onde atuam.

**“ Um aspecto [importante] é a formação, mas ela sozinha não é capaz de resolver os desafios. Professores precisam de condições de trabalho, o que significa concretamente número adequado de alunos em sala de aula, material didático, salas com espaço e mobiliário adequado. Salário, plano de carreira, tempo para preparar as aulas e estudar também precisam ser valorizados”.**

*(Anna Helena Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Cenpec)*

## Salário

A remuneração docente é outra frente na qual houve melhoria no campo do magistério nas últimas décadas. A partir da segunda metade da década de 1990, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) estabeleceram que uma parcela dos recursos para a educação deveria ser destinada ao pagamento de pessoal.

O Piso Salarial Profissional Nacional (mais conhecido como Lei do Piso), de 2008, é outra conquista relevante, porém, a lei ainda não saiu do papel em diversos estados e municípios e persistem desigualdades significativas no que diz respeito ao valor mínimo pago para as(os) profissionais do magistério.

Em 2020, o salário médio das(os) professoras(es) da educação básica

com ensino superior era de R\$ 4.131, segundo o Anuário da Educação Básica 2021, do Todos pela Educação. Embora o valor venha aumentando ao longo dos anos, ele corresponde a 78,5% da média salarial dos profissionais com curso superior e está aquém da Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece que até 2020, o salário das professoras(es) deveria ser equiparado ao das demais categorias.

Além da discrepância em relação às disposições do PNE e das desigualdades regionais na aplicação da Lei do Piso, o salário das(os) professoras(es) brasileiras(os) está entre os mais baixos no mundo. O relatório Education at a Glance 2021 da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que a remuneração inicial das(os) docentes dos anos finais do ensino fundamental é a mais baixa entre 40 países analisados.

**“ É preciso diferenciar o que diz respeito às dificuldades decorrentes da complexidade da atividade docente e do que são condições inadequadas de trabalho. E estabelecer quais são os parâmetros de condições de trabalho adequadas”.**

*(Gabriela Moriconi, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas)*

É importante reconhecer o avanço do Brasil, embora a meta do PNE não tenha sido atingida no prazo previsto. Ao mesmo tempo, é essencial cumprir as disposições do plano nacional, afinal a remuneração é um fator importante de atratividade da carreira.

“Precisamos de esforços direcionados para atingir esta meta, o que depende dos governantes que vão assumir, dos prefeitos que já estão nos cargos e do apoio do governo federal”, analisa Gabriela Moriconi. “Existe um certo consenso em relação a esse parâmetro, ou seja, prevalece a ideia de que a remuneração do professor precisa ser próxima à de outros profissionais”, complementa.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento dos mecanismos de estímulo à permanência na docência. “Existe um problema de retenção de bons profissionais no magistério. No começo, a carreira é um pouco mais atrativa, mas com 10, 15 anos o salário cresce pouco e aí muitos docentes experientes a abandonam”, afirma Romualdo Portela.



# Carreira

Embora importante, a remuneração é apenas um dos fatores de atratividade da carreira; o outro é a valorização profissional. Também neste aspecto, as(os) professoras(es) brasileiras(os) estão em desvantagem em relação a colegas de outras partes do mundo, pois aqui prevalece uma visão da(o) professora(or) como fornecedora de aulas, como revela uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas em parceria com o Dados para o Debate Democrático na Educação (D3e).

No Brasil, predominam os contratos de tempo parcial e a contratação das(os) professoras(es) se dá conforme a carga horária das disciplinas ofertadas, levando a(o) profissional a assumir muitas turmas em diversas escolas e a ficar sobrecarregada.

Em contrapartida, nos demais países pesquisados – Estados Unidos, França e Japão –, as(os) docentes atuam em uma única escola e sua jornada inclui tempo para atividades fora de sala de aula, como planejamento e atendimento de alunas(os), por exemplo. Esses países foram escolhidos porque têm desempenho semelhante ao Brasil no

Programa de Avaliação de Estudantes (Pisa), da OCDE.

A pesquisa conclui que, no Brasil, 45% das(os) professoras(es) dos anos finais do ensino fundamental trabalham em mais de uma escola, e 30% em mais de uma rede, refletindo no número total de turmas e alunos: 54% das(os) professoras(es) têm mais de 200 alunos.

Isso acontece porque, no Brasil, a legislação autoriza a jornada em tempo parcial para as(os) profissionais do magistério. Pela lei, as(os) professoras(es) podem acumular dois cargos de professora(r) ou dois cargos, sendo um de professora(r) e um de técnica(o), em qualquer rede de ensino – em alguns casos, superando o limite máximo de 44 horas semanais.

Nessas condições, o vínculo das(os) profissionais do magistério com a escola torna-se frouxo, o que repercute na qualidade da implementação do projeto pedagógico e, conseqüentemente, na aprendizagem.

A combinação entre salários inferiores à média do mercado e jornadas de trabalho extensas, muitas vezes em condições precárias, afasta as(os) jovens do magistério.

Pesquisa recente do Instituto Península mostra que, durante o ensino médio, 30% das(os) estudantes consideram a possibilidade de se tornarem professoras(es), no entanto somente 5% confirmam esta escolha.

“Precisamos enfrentar esse desafio. Para melhorar a qualidade da educação brasileira, tomando a valorização docente como um ponto fulcral, temos que aumentar a atratividade”, reitera Romualdo Portela.

**“ É preciso criar condições para fixar os professores em uma escola só. O professor que tem que trabalhar em várias escolas ou em mais de uma, pelo menos, não tem condições de participar do projeto pedagógico da escola, o que impede que haja estabilidade capaz de dar um salto de qualidade na educação garantida a todos”.**

*(Romualdo Portela, diretor de pesquisa e avaliação do Cenpec)*

## Pacto pelo magistério

Se esse cenário indica a necessidade urgente de ações e políticas que revertam a precarização do trabalho das professoras(es) na educação básica pública no Brasil, ao mesmo tempo não existe um consenso em torno do que são “boas condições de trabalho” no campo da docência.

“Quais seriam metas adequadas para as redes perseguirem? E por quê? Quais as evidências que embasam essas metas?”, questiona Gabriela Moriconi. A resposta a essas perguntas é, na visão da pesquisadora, um primeiro passo na direção de uma lei que defina as diretrizes para a carreira do magistério.

Nesse sentido, temas como a dedicação exclusiva, a jornada de tempo integral e o vínculo das(os) professoras(es) com uma única escola devem estar no centro do debate.

Segundo Carlos Abicalil, esta é uma questão que permanece não resolvida desde a Constituinte de 1988. “A definição de diretrizes em uma lei é a forma mais eficaz, como vimos no caso da Lei do Piso, de chegar a efeito concreto na valorização do magistério

e superar a precarização”, complementa Abicalil.

Para tanto, é preciso envolver representantes dos governos federal, dos estados e municípios e as(os) trabalhadoras(es) em educação, entre outros atores do setor.

A palavra-chave aqui é colaboração, tomada num sentido ampliado. Ou seja, as soluções para a educação dependem de uma atuação concatenada e colaborativa entre União, estados e municípios, assim como de redes de municípios, entre diferentes serviços, entre escolas e dentro de cada unidade escolar.

O contexto eleitoral é o momento propício para levantar esta pauta. “Desde alguns anos houve avanço na concordância que a questão da docência é chave para melhorar a qualidade da educação no Brasil. Neste ano eleitoral, é importante colocar este tema no centro da discussão sobre educação, pois nenhum outro sintetiza mais os desafios, as contradições e as dificuldades que temos para dar o salto na educação que o país necessita”, reitera Romualdo Portela.

Para isso, é necessário reorientar o paradigma a partir do qual as políticas para a profissão docente são pensadas: ao invés de se pensar em programas para buscar suprir lacunas de formação e de condições de trabalho, é preciso atuar a partir da potência das(os) professoras(es), buscando meios e condições para que elas(es) a desenvolvam.

“Temos tratado historicamente a profissão docente a partir do paradigma da precariedade, da falta, em suma, pelo paradigma do fracasso”, demarca Aleksandro Santos.

Isso significa que, o mais comum, ao se referir às(aos) profissionais docentes, é enfatizar a má qualidade de sua formação, sua incapacidade de ensinar ou de se apropriar das novas tecnologias, entre outros pontos.

Consequentemente, as políticas públicas para as(os) professoras(es) são desenhadas a partir dessa perspectiva do fracasso, da falta.

Em contrapartida, o desafio que se coloca é a reversão desse senso comum, concebendo políticas a partir da potência da(o) professora(r) – afinal, assim como toda criança é capaz de aprender, toda(o) professora(r) é capaz de ensinar.

“O que a gente precisa discutir é quais são as condições estabelecidas para que esse profissional desenvolva sua potência de ensinar. O exercício da profissão docente não se dá no abstrato, ela depende de condições objetivas que estão ou não presentes no espaço onde o professor atua”, reitera Aleksandro Santos.

**“No caso do Brasil, a iniciativa federal, que não é responsável pela oferta direta de educação básica pública, é necessariamente convocatória de um pacto nacional que possa se desdobrar numa lei nacional de diretrizes para a carreira”.**

*(Carlos Abicalil, coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Educação da Fundação Perseu Abramo)*

## PONTOS FUNDAMENTAIS DAS **POLÍTICAS DOCENTES** PARA OS PRÓXIMOS GOVERNOS

- Definir, em lei, Diretrizes Nacionais para a Carreira do Magistério, elaboradas a partir de debates públicos, envolvendo as(os) professoras(es) e demais atores que atuam diretamente nas escolas.
- Envolver as(os) professoras(es) e demais atores da área da educação na formulação e implementação de políticas relacionadas à formação e à carreira docentes.
- Assegurar a implementação do piso do magistério em todas as redes de ensino.
- Revisar o regime de contratação de professoras(es), de modo a favorecer a fixação dessas(es) profissionais em uma única escola.
- Desestimular a contratação de professoras(es) com contratos temporários.
- Estabelecer regimes de trabalho para que a carga horária semanal das(os) professoras(es) não ultrapasse 40 horas semanais.
- Implementar, em todas as redes, carga horária que inclua atividades de planejamento, além do trabalho em sala de aula, em conformidade com os dispositivos legais.
- Reorganizar as carreiras de modo a evitar que professoras(es) experientes abandonem o magistério por falta de estímulo.
- Ampliar o financiamento à educação, suprimindo medidas restritivas como o Teto de Gastos, e os cortes orçamentários.
- Priorizar as ações e políticas de formação docente, definidas consensualmente entre os atores do campo da educação.
- Incorporar, à formação inicial e continuada, aspectos relacionados às demandas do mundo contemporâneo e evidenciados pela crise da Covid-19, como os novos métodos e práticas pedagógicas, estimulando o trabalho coletivo entre as(os) professoras(es) em conjunto com a equipe escolar.
- Implementar programas de formação continuada vinculados à realidade dos estabelecimentos de ensino.
- Criar instâncias, no nível do Ministério da Educação, para pactuar com estados e municípios políticas de valorização docente, atuando de maneira coordenada com estados e municípios, a fim de viabilizar o cumprimento de disposições legais e políticas

Como organização da sociedade civil que há mais de 30 anos trabalha pela promoção da equidade e qualidade da educação básica pública do país, defendemos a urgência de projetar a carreira docente da educação básica como prioridade na agenda política educacional dos próximos anos. Da mesma forma, assumimos o compromisso de ampliar as discussões sobre o tema, contribuindo com estudos e pesquisas que ajudem a subsidiar iniciativas focalizadas na valorização de professoras(es), além de acompanhar de perto as propostas parlamentares.

## Professoras(es) da Educação Básica

### **2,1 milhões no Brasil, em 2021**

Desse total, 62,7% concentram-se no ensino fundamental

Fonte: Censo Escolar 2021 – Inep/MEC.

### **Mulheres são maioria**

96,3% na educação infantil

88,1% no ensino fundamental

57,7% no ensino médio

Fonte: Censo Escolar 2021 – Inep/MEC.

### **Em 2020, 86,6% têm curso superior, dos quais 43,3% têm pós-graduação, 18,6 pontos percentuais a mais do que em 2010.**

Fonte: Anuário da Educação Básica – Todos pela Educação

### **Os cursos de graduação a distância respondem por 66,4% das matrículas em pedagogia e licenciatura no ano de 2019.**

Fonte: Anuário da Educação Básica – Todos pela Educação.

### **Apesar do avanço na formação inicial dos professores, em 2020, 40% das turmas de ensino fundamental – anos finais e 37% das turmas de ensino médio não possuíam professores com formação adequada.**

Fonte: Anuário da Educação Básica – Todos pela Educação

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## Dados e indicadores

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, Todos pela Educação:

[https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf)

Censo Escolar 2021, Inep:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

Indicadores educacionais, Inep:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

## Legislação

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação):

[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_PAR\\_CNECPN222019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN222019.pdf)

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada):

[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN12020.pdf?query=Educacao%20Ambiental](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12020.pdf?query=Educacao%20Ambiental)

Piso Salarial Nacional Profissional:

<http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>

Plano Nacional de Educação:

<https://pne.mec.gov.br/>

## Pesquisas

Atratividade da carreira docente no Brasil, Instituto Península:

<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-atratividade-2021.pdf>

Educação pública no Brasil, Cenpec:

[https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2022/08/CENPEC\\_-\\_Artigos\\_Debate\\_2\\_1307.pdf](https://www.cenpec.org.br/wp-content/uploads/2022/08/CENPEC_-_Artigos_Debate_2_1307.pdf)

Education at a glance 2021, OCDE: [https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2021\\_b35a14e5-en](https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2021_b35a14e5-en)

Profissão professor, Todos pela Educação:

<https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/iniciativa-profissao-professor>

Resposta educacional à pandemia de covid-19, Inep:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-resposta-educacional-a-pandemia-em-2021>

The State of Global Education – 18 months into the pandemic, OCDE:

[https://www.oecd-ilibrary.org/education/the-state-of-global-education\\_1a23bb23-en](https://www.oecd-ilibrary.org/education/the-state-of-global-education_1a23bb23-en)

Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental:

[https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/11/d3e\\_relatorio7\\_volumedetrabalho\\_fcc\\_d3e\\_2021.pdf](https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/11/d3e_relatorio7_volumedetrabalho_fcc_d3e_2021.pdf)